



Organizadores:
Telma Bessa Sales
Antonio Jerfson Lins de Freitas

Trajetórias de pesquisa

Os mundos do trabalho em transformação

Série
Território
Científico

Editora
**SER
TÃO
CULT**
10 anos



Telma Bessa Sales é graduada em História pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (1997), com mestrado (2000) e doutorado (2006) em História pela mesma instituição e pós doutorado na Universidade de Évora – Portugal (2015). Tem experiência na área de História, com ênfase em História Social, atuando principalmente nos seguintes temas: Brasil, experiências sociais, memória, cultura, história oral, reestruturação produtiva e patrimônio industrial. Fez estágio na Universidade La Sapienza (Roma) sob orientação do professor Alessandro Portelli. É membro do Conselho Internacional de Monumentos e Sítios no Ceará (ICOMOS-CE), do Conselho Municipal de Patrimônio de Sobral e professora adjunta do curso de História da Universidade Estadual Vale do Acaraú (UVA) desde 2011.



Antônio Jerfson Lins de Freitas é graduado em Comunicação Social com habilitação em Jornalismo pela Universidade Federal do Ceará – UFC (2007) e em História – Licenciatura Plena pela Universidade Estadual do Ceará – UECE (2004). Técnico em telecomunicações pelo Centro Federal de Educação Tecnológica do Ceará (CEFET-CE, atual IFCE). Especialista em Docência do Ensino Superior. Mestre em Geografia pela Universidade Estadual Vale do Acaraú – UVA (2019). Cursa segunda licenciatura em Geografia pela Faculdade Estácio do Ceará e Doutorado em Geografia pela UECE. Atualmente coordena o conselho editorial da Editora SertãoCult.

Organizadores:
Telma Bessa Sales
Antonio Jerfson Lins de Freitas

Trajetórias de pesquisa

Os mundos do trabalho em
transformação



Sobral - CE
2024

Editora
**SER
TÃO
CULT**
10 anos

Trajétórias de pesquisa - Os mundos do trabalho em transformação

© 2024 copyright by Telma Bessa Sales, Antônio Jerfson Lins de Freitas. (Orgs)

Impresso no Brasil/Printed in Brazil



Editora
**SER
TÃO
CULT**
10 anos

Rua Maria da Conceição P. de Azevedo, 1138
Renato Parente - Sobral - CE
(88) 3614.8748 / Celular (88) 9 9784.2222
contato@editorasertaocult.com.br
sertaocult@gmail.com
www.editorasertaocult.com.br

Coordenação Editorial e Projeto Gráfico

Marco Antonio Machado

Coordenação do Conselho Editorial

Antonio Jerfson Lins de Freitas

Conselho Editorial de História

Carlos Augusto Pereira dos Santos
Francisco Dênis Melo
Geranilde Costa e Silva
Gilberto Gilvan Souza Oliveira
Tito Barros Leal de Pontes Medeiros
Valeria Aparecida Alves
Raimundo Alves de Araújo
Antonio Iramar Miranda Barros
Camila Teixeira Amaral
Juliana Magalhães Linhares
Cícero João da Costa Filho
Regina Celi Fonseca Raick
Andreia Rodrigues de Andrade

Revisão

Antonio Jerfson Lins de Freitas

Diagramação

João Batista Rodrigues Neto

Capa

João Batista Rodrigues Neto

Catálogo

Leolgh Lima da Silva - CRB3/967

T765 Trajetórias de pesquisa: os mundos do trabalho em transformação. /
Organizado por Telma Bessa Sales, Antonio Jerfson Lins de Freitas. -
Sobral CE: Sertão Cult, 2024.

274p.

ISBN: 978-65-5421-130-7 - papel
ISBN: 978-65-5421-131-4 - e-book - pdf
Doi: 10.35260/54211314-2024

1. Pesquisa.
2. Ensino.
3. Trabalhos- Novas perspectivas.4. Sistemas de trabalho.
1. Sales, Telma Bessa. II. Freitas, Antonio Jerfson Lins de. III. Título.

CDD 331.117

A série Território Científico

Marco Machado

Jerfson Lins

Editora SertãoCult

Quando o Projeto Território Científico foi concebido há mais de quatro anos, as incertezas sobre o que a pandemia da Covid-19 nos traria eram muitas. O futuro era opaco para previsões otimistas diante do quadro de milhares de mortos diariamente, apenas no Brasil.

Mas se o contexto era absolutamente assustador, pelo menos pudemos ter confirmada a resiliência dos pesquisadores brasileiros, que apesar de imersos em um cenário de carência de recursos financeiros e técnicos, ou-saram produzir como nunca, adequando-se àquela realidade, aprendendo a utilizar as ferramentas e tecnologias de informação e comunicação, paradoxalmente ficando ainda mais próximos do que antes da clausura imposta pelo vírus.

A tsunami de lives e eventos virtuais passou assim como chegou. O cansaço de assistir a intermináveis sessões diante das telas cobrou seu preço e a busca pelo contato físico suplantou o medo de sair às ruas. Parece que havia sido em outra vida que podíamos reunir centenas de pessoas em um auditório para discutir alguma pesquisa, ou simplesmente reunir meia dúzia de amigos ao redor de uma mesa para conversar sobre assuntos banais.

Parece que foi em outra vida também que, a partir da série Território Científico, a editora SertãoCult convidou os membros de seu conselho para organizarem entrevistas com renomados pesquisadores das mais diversas áreas do conhecimento. Muito material foi gerado a partir de tal iniciativa, um riquíssimo acervo que já originou quatro livros e agora traz à luz mais um volume, *Trajétórias de pesquisa: os mundos do trabalho em transformação*.

Em mais uma parceria, Telma Bessa e Jerfson Lins reuniram grandes pensadores, de diversas universidades, para falarem sobre o mundo do trabalho, sobre suas carreiras e pesquisas. Mais do que uma aula sobre a realidade vivida pelo trabalhador no século XXI, este livro nos permite enxergar o mundo com os olhos treinados de alguns dos mais respeitados pesquisadores da temática.

Foram, com este, cinco grandes livros produzidos e disponibilizados gratuitamente em formato e-book no escopo do projeto. Foram dezenas de entrevistadores e entrevistados e horas de conteúdo, fontes imprescindíveis para jovens pesquisadores interessados em um aprender com quem realmente sabe sobre o tema.

Brindemos a mais este sucesso! Outros estão a caminho.

Sobral-CE, abril de 2024.

Apresentação

Há três anos nadamos nas águas profundas e agitadas enfrentando a pandemia da Covid-19 (2020-2021) no Brasil e no mundo. Em terras brasileiras, a crise sanitária foi acompanhada de uma crise política, econômica e social que expressou arroubos autoritários, posturas negacionistas e desrespeito aos direitos trabalhistas, direitos humanos, direitos de mulheres etc.

Nesses dias de tempestades de uma demora de três anos, a criatividade, a imaginação, a leveza e o uso das tecnologias informacionais e digitais adentraram em nossas casas e até hoje compõem a maneira de realizar trabalho (no universo acadêmico, por exemplo) e entretenimento.

Navegando nesse mar revolto, criamos plataformas com lives, debates, entrevistas e livros. Este, que você tem em mãos agora, é fruto dessa conjuntura, do desejo de manutenção de relações e vínculos com professores e alunos do país. É possível hoje conhecer as narrativas de intelectuais estudiosos(as) do Brasil, que se colocaram disponíveis para veicular suas trajetórias no período pandêmico do século XXI, especialmente com a temática da pesquisa sobre os mundos do trabalho.

Gratidão é a palavra que cabe para todos(as) que construíram este livro. Agradecer pelo diálogo, aprendizado, dedicação e paciência antes, durante e depois das entrevistas filmadas e que você pode verificar a partir dos links disponíveis em cada narrativa.

Boa leitura e debates a partir da categoria *trabalho*, que continua provocador e contribui na revitalização do pensamento histórico e das ciências sociais/humanas.

Os organizadores

Sumário

O trabalho continua central na sociedade..... 11

Roberto Vêras de Oliveira – UFPB

Uma visão interdisciplinar sobre o trabalho no século XXI..... 15

Felipe Augusto dos Santos Ribeiro - UESPI

Doi: 10.35260/54211314-2024.p22-40

Uberização e crise no mundo do trabalho: entrevista com César Sanson..... 23

César Sanson

Antonio Jerfson Lins de Freitas

Telma Bessa Sales

Doi: 10.35260/54211314-2024.p42-70

Trabalho e gênero: entrevista com Helena Hirata..... 43

Helena Hirata

Joannes Paulus Silva Forte

Telma Bessa Sales

Doi: 10.35260/54211314-2024.p70-94

“As marisqueiras estavam lá, elas por elas mesmas”: entrevista com Luiz Henrique dos Santos Blume..... 71

Luiz Henrique dos Santos Blume

Cosma Silva de Araújo

Fannuel Santos Mesquita

Doi: 10.35260/54211314-2024.p96-125

Transformações capitalistas e (des)igualdades no mundo do trabalho: entrevista com Márcia de Paula Leite.....97

Márcia de Paula Leite

Joannes Paulus Silva Forte

Telma Bessa Sales

Doi: 10.35260/54211314-2024.p126-138

Dialogar com os diversos setores da sociedade é importante na pesquisa e ensino: entrevista com Telma Bessa Sales..... 127

Telma Bessa Sales
Antonio Jerfson Lins de Freitas
Joannes Paulus Silva Forte

Doi: 10.35260/54211314-2024.p140-165

Os sujeitos na luta pela terra: entrevista com Samuel Maupeou.....141

Samuel Maupeou
Telma Bessa Sales
Viviane Prado Bezerra

Doi: 10.35260/54211314-2024.p166-186

O sindicalismo e o mundo do trabalho: entrevista com Marcelo Badaró Mattos.....167

Marcelo Badaró Mattos
Cosma Silva de Araújo
Viviane Prado Bezerra

Doi: 10.35260/54211314-2024.p188-206

“Não dá para pensar a sociedade sem trabalho”: entrevista com Clarice Speranza..... 189

Clarice Gontarski Speranza
Fannuel Santos Mesquita
Viviane Prado Bezerra

Doi: 10.35260/54211314-2024.p208-222

Pesquisa e empatia no mundo do trabalho: entrevista com Antonio Bosi..... 209

Antonio de Pádua Bosi
Fannuel Santos Mesquita
Viviane Prado Bezerra

Doi: 10.35260/54211314-2024.p224-242

“Boas questões fazem boas pesquisas”: entrevista com Fabiane Popinigis.....225

Fabiane Popinigis
Antonio Jerfson Lins de Freitas
Cosma Silva de Araújo

Doi: 10.35260/54211314-2024.p244-265

“Seria estranho se eu não tivesse optado por estudar o trabalho”: entrevista com William Mello.....245

William James Mello
Antonio Jerfson Lins de Freitas
Cosma Silva de Araújo

Índice Remissivo.....267

Entrevistadores..... 273

Doi: 10.35260/54211314-2024.p166-186



Marcelo Badaró Mattos é graduado em História pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (1987), com mestrado (1991) e doutorado (1996) em História Social pela Universidade Federal Fluminense. Realizou estágios de pós-doutoramento e pesquisa no Museu Nacional-UFRJ, no Instituto Internacional de História Social, de Amsterdã e na Universidade Nova de Lisboa. Atualmente é professor titular de História do Brasil da Universidade Federal Fluminense. É bolsista de Produtividade nível 1 do CNPq.

O sindicalismo e o mundo do trabalho: entrevista com Marcelo Badaró Mattos¹

Marcelo Badaró Mattos
Cosma Silva de Araújo
Viviane Prado Bezerra

Telma Bessa (UVA): Quais foram as suas motivações, professor? Pro senhor começar nesse longo caminho da pesquisa, ligada ao mundo do trabalho?

Marcelo Badaró (UFF): Eu me graduei em história na Universidade Federal do Rio de Janeiro dos anos de 1980 (eu estudei entre 1983 e 1987), quando eu concluí a licenciatura na UFRJ. A década de 1980 é marcada por intensas lutas da classe trabalhadora no Brasil, no final da ditadura militar e o início do governo da chamada “Nova República”, com a conclusão da transição política, com a eleição direta pra presidente da República em 1989, mas antes disso, a Constituição de 88, o próprio movimento das Diretas Já, em 84. Greves gerais, ao longo desse período, muitas greves acontecendo em diversas categorias, algumas que tinham muita tradição de luta antes do golpe de 64, outras novas, no sentido de que entraram na luta sindical no final da ditadura.



¹ Entrevista realizada via *Google Meet* em 15 de junho de 2020. Confira a entrevista utilizando ou clicando no QR Code ao lado.

Quer dizer que foi no meio desse contexto que eu me graduei em história e, claro, nos sindicatos, as lutas da classe trabalhadora estava na ordem do dia. Nos anos 80, houve muitos estudos novos na área de história do trabalho e eu acompanhei a emergência desses estudos. Mas pra mim, o mais importante, pra minha vinculação na área, foi minha participação como professor, primeiro no curso que é organizado pelo o sindicato dos técnicos administrativos da UFRJ. Primeiro na associação dos servidos da UFRJ, e depois no sindicato, depois da constituição de 88. Era um curso pré-vestibular filiado ao sindicato e depois ele passou a ser filiado a outros sindicatos e movimentos sociais. Então ali, através daquelas aulas, eu fui tendo contato com militantes, ativistas, à base, de trabalhadores de vários movimentos sindicais do Rio de Janeiro. E no mesmo tempo, no final dos anos 80, eu comecei a trabalhar como professor do CEFET-RJ, o Centro Federal de Educação Tecnológica, e ali eu tive contato com sindicalistas docentes, com movimentos dos professores e professoras das universidades e centros de educação tecnológica e eu participei de algumas greves como grevista, como trabalhador do setor da educação federal. Foi a partir desses contatos, um pouco como militante, um pouco como professor, que eu me aproximei do movimento sindical como algo que era vivido no meu dia a dia profissional.

Depois eu transformei o movimento sindical em um objeto de estudo, propriamente. Já na década de 90, no meu doutorado, eu fiz uma pesquisa sobre o sindicalismo do Rio de Janeiro, entre os anos de 1950 e 1980. Então foi um caminho como professor, numa era de muitas lutas sindicais na experiência de pesquisa. Estudando o movimento da classe trabalhadora.

Fannuel Santos (UVA): O senhor pode falar um pouco mais sobre sua tese de doutorado, que se transformou em livro, dos novos e velhos sindicalismo e como esse trabalho guiou os seus trabalhos futuros?

Marcelo: Eu ingressei no doutorado em História na UFF em 1993 e, entre 93 e 96, eu produzi essa tese que em 98 virou livro², que você menciona. Foi meu primeiro livro publicado e foi um trabalho de pesquisa que me deu muita satisfação de desenvolver porque, pra fazê-lo, eu pude combinar uma experiência que eu já tinha tido desde a época da graduação, da

2 MATTOS, Marcelo Badaró. *Novos e velhos sindicalismos no Rio de Janeiro*. 1. ed. Rio de Janeiro: Vício de Leitura, 1998. v. 1. 244p.

Iniciação Científica, com a pesquisa em arquivos. Mas como se tratava de um recorte de história, como gostam de chamar os franceses, do tempo presente, com testemunhas vivas, eu combinei essa pesquisa em arquivos com entrevistas com militantes do movimento sindical do Rio de Janeiro, do final da década de 70 e anos 80. Eu estudei sindicatos que tinham uma longa história na cidade, como o sindicato dos metalúrgicos, sindicato dos bancários, sindicato dos ferroviários e algumas categorias mais jovens, como era o caso dos metroviários. O metrô surgiu no Rio de Janeiro nos anos 70. O sindicato, então, era um sindicato novo.

Em meio às lutas do final da ditadura militar também surgiram em todos os estados os sindicatos de trabalhadores da educação pública, e no Rio de Janeiro é o SEPE³ que representa esse setor. Então, eu estudei essas cinco categorias e pude fazer uma transição, digamos assim, de pesquisas puramente feitas em arquivos, e o mestrado tinha sito sobre o final do século XIX, e o início do século XX, pra pesquisar entrevistas que envolviam depoimentos, e também pude explorar arquivos, algumas vezes organizados, outras vezes não organizados, dos sindicatos, que também foi muito interessante. Daí pra frente, eu acho que tudo o que eu pesquisei teve a ver com a história do trabalho ou com as ferramentas teórico-metodológicas necessárias ao trabalho do historiador em geral ou especificamente do historiador do trabalho.

Viviane Prado (UVA): Diante de tantas temáticas que vêm surgindo nos últimos anos, como você avalia as possibilidades de fontes de pesquisas e o acesso a essas fontes para se discutir esses temas da história social do trabalho?

Marcelo: No momento, o acesso à fonte de pesquisa é muito difícil, a não ser por caminhos virtuais, né? Mas fora esse momento específico da pandemia, eu diria que nós temos muitas fontes para produzir história social do Brasil. Mas infelizmente nós não temos investimentos, não só na área de história social do trabalho, como em outras áreas, investimentos adequados dos governos para garantir que essa e outras temáticas pudessem ser exploradas através de fontes armazenadas pelos arquivos públicos. Cada vez a gente vê menos recursos nessa direção. Eu diria que ao estudar a história social do trabalho, a gente tem a possibilidade tanto de

3 Sindicato Estadual dos Profissionais de Educação do Rio de Janeiro.

recorrer aos arquivos públicos, como em arquivos estaduais, municipais, o arquivo nacional do Rio de Janeiro, as bibliotecas públicas, quanto a gente tem a possibilidade de recorrer aos arquivos privados, sejam arquivos do próprio movimento da classe trabalhadora, arquivos sindicais... Alguns sindicatos possuem arquivos organizados, são poucos, mas importantes. E a gente também tem a possibilidade de ter acesso aos arquivos privados dos militantes do movimento sindical, estudiosos do movimento sindical, que guardaram durante muito tempo esses arquivos, e como eu disse, pra períodos mais recentes a gente pode fazer usos das entrevistas e de toda a metodologia da História Oral.

Há alguns arquivos especializados em história social do trabalho que foram constituídos em instituições públicas, especificamente em Universidades. O mais antigo e mais importante deles é o arquivo do Edgar Leuenroth, em Campinas, na Unicamp, que foi constituído inicialmente com doações de arquivos pessoais de militantes de movimento da classe trabalhadora no Brasil, que atravessaram o século XX com sua militância. Depois esse arquivo se ampliou muito. Hoje ele não tem apenas documentos da área da história do trabalho e documentos de outras áreas, mas ele continua sendo uma grande referência aqui do Rio de Janeiro. Aqui, por exemplo, trabalhei muito com documentação do arquivo de memória operária no Rio de Janeiro, que é sediado, que é constituído pela UFRJ.

Arquivos judiciais são cada vez mais explorados pelo os historiadores do trabalho. Nós exploramos às vezes também processos da justiça criminal, onde conflitos em torno de relações de trabalho acabam emergindo, aparecendo. E a partir da redemocratização, especialmente no final dos anos 90, quando eles começaram a ser abertos para a consulta, um mundo de informações sobre greves, sindicatos, mobilização da classe trabalhadora apareceu nos arquivos das polícias políticas. Em muitos estados do Brasil esses arquivos começaram a ser abertos à consulta, graças primeiro à luta pelo direito de acesso às informações que o Estado produz sobre os cidadãos, a partir da Constituição de 88, e depois, de esforços de militantes de direitos humanos, de movimentos como o *Tortura nunca mais*, pra que esses arquivos fossem disponibilizados. Eu fiz muito uso, ao longo das últimas décadas, do Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, onde estão armazenados os documentos das polícias políticas aqui do Rio. Tem uma especificidade: como o Rio foi capital até 1960, a documentação dis-

ponível aqui não é só do Rio de Janeiro, mas de diversos estados do Brasil. Isso porque a polícia política trocava correspondência com outros estados e era quase uma referência de um certo período. Depois de 45, já era um departamento federal de polícia, que tinha no seu interior um órgão de polícia política. Essa uma documentação das últimas décadas se mostrou muito rica, não só pra gente estudar a repressão dos movimentos políticos da classe trabalhadora, que era essa a função da polícia política, mas também porque ela recolhia documento dos sindicatos, dos militantes, informes, relatórios. Sempre a gente deve olhar pra eles com muito cuidado porque são produzidos com o objetivo de politizar politicamente os militantes, mas ela pegava documentos, jornais e tal, de diversos movimentos que são muito úteis pro pesquisador de história do trabalho.

Então o que não faltam são fontes. Talvez elas devessem estar mais bem preservadas, organizadas e a gente tem sempre que se mobilizar pra isso. Mas há uma enorme disponibilidade de fontes e há muitos caminhos novos a serem explorados pelos jovens e pelas jovens historiadoras do trabalho.

Cosma Araújo (SME - Sobral): Professor, queria que você falasse um pouco para os pesquisadores iniciantes, que estão começando agora suas pesquisas em história social do trabalho. Que conselhos teria a dar para eles?

Marcelo: Meu avô dizia pra mim que se conselho fosse bom a gente não dava, a gente vendia. Mas eu vou me arriscar a dar um conselho. Eu aprendi, lendo umas referências da história, de uma forma geral, de uma forma social em particular, que quando nós escrevemos história, a gente está escrevendo sobre um passado mais distante ou mais próximo no tempo, mas a gente está sempre escrevendo, pensando a partir das questões do nosso presente. Então eu diria que nós vivemos um presente muito conturbado, de uma crise sanitária ligada a uma crise social, no caso brasileiro, uma crise política, evidentemente. Nós vivemos em um presente muito conturbado, que nos pressiona com muitas questões, e eu diria que é preciso buscar no trabalho do historiador respostas não imediatas para as questões do presente, mas respostas para os anseios sociais mais gerais que essas questões presentes nos apresentam. Então eu diria que a história do trabalho em especial, como em outras áreas, pode usar justificativas

parecidas. Ela nos coloca diante de um dever, de uma responsabilidade social: entender como é que a gente chegou nessa situação de país como esse que a gente vive.

Mas isso vem de muito tempo, onde a força de trabalho empregada no setor privado é de trabalhadores informais. O número de desempregados no Brasil já passou de 13 milhões de pessoas, a renda é distribuída de forma muito desigual entre os setores que vivem do trabalho, e especialmente entre os que vivem do trabalho e os que vivem do lucro de exploração desses que vivem do trabalho. Então, esse tipo de quadro social tem uma longa história no Brasil. Essa história não é linear, ela é marcada de muitas lutas, momentos de refluxos dessas lutas, mas a classe trabalhadora construiu suas organizações, pautas, programas, estratégias de lutas, movimento, para tentar, ao longo da história desse país, reverter ou melhorar essa situação profundamente desigual que nos marca desde a origem colonial, desde esse longo passado de escravização de populações trazidas à força do continente africano para trabalhar aqui no empreendimento colonial e, depois da independência, ainda nas *plantations* escravistas até 1888

Então essa longa história de exploração do trabalho, essa longa história também de resistência, de organização, de luta pode ajudar a gente a entender melhor essa conflituosa, desigual, contraditória realidade no mundo e Brasil que a gente vive hoje. Era o que eu diria hoje. Estimulo todos aqueles que estão preocupados em intervir, em resolver as questões do presente, a tentarem, através do estudo do passado, pra compreender melhor como é que a gente chegou ao ponto que a gente está hoje.

Jerfson Lins (SertãoCult): Ainda dentro dessa questão do tempo presente, da atualidade, a gente vê que a ciência tem sofrido uma série de ataques, principalmente as ciências humanas, a história. A nossa área de atuação tem sido disputada por vozes que muitas vezes trabalham sem nenhum tipo de embasamento, só o “achismo”, e estão ocupando esse espaço muitas vezes baseados em um revisionismo histórico feito às margens do rigor científico. Dentro dessa atualidade, como nós historiadores podemos nos portar agora pra tentar recuperar esse espaço que nos está sendo tomado? E mais ainda: qual foi o erro que a gente cometeu para perder esse espaço neste momento? Será que a gente não deixou de fazer

um trabalho de tradução do que a gente produz para que a sociedade possa nos compreender?

Marcelo: Está certo, Jerfson! A questão que você coloca é crucial. Eu acho que há dois campos aí em que a gente tem que pensar essa questão, do ponto de vista da memória social, da história produzida na Universidade, a história escrita pelos historiadores, ela é apenas um dos elementos que disputam um espaço na sociedade, essas representações sobre o passado, narrativas sobre o passado. Como a política, constitucional ou não, os interesses sociais também estão por trás dessa disputa de narrativas, de referências sobre o passado. Em um momento de crise, de polarização, de disputas políticas acirradas, fica difícil e muito nítido que reinterpretar o passado é essencial para justificar determinadas posições no presente, e o exemplo mais gritante disso, nós vivemos em um governo que tem evidentes intenções autocráticas, para usar a expressão do Florestan Fernandes, que cunhou a expressão “autocracia burguesa” para fazer um contraste com a ideia de democracia burguesa. No Brasil, as classes dominantes não tiveram forte compromisso democrático, tiveram muito mais um tendão autocrático. Então, nós tivemos longos períodos de ditaduras no país, no primeiro governo Vargas, na Ditadura Militar... Desse ponto de vista, no momento que a gente vive em que o governo tem uma manifestação evidente de desprezo pelas instituições democráticas, ele sustenta suas posições no presente também tentando rescrever a história, especialmente a história dos últimos 60 anos no Brasil. Daí esse governo se apegue a interpretações revisionistas sobre o que foi a ditadura constituída em 1964, no golpe que derrubou o governo de João Goulart, ou mesmo sobre episódios do passado mais recente do país.

Dessa forma, os historiadores e as historiadoras profissionais, nas univer-

Em um momento de crise, de polarização, de disputas políticas acirradas, fica difícil e muito nítido que reinterpretar o passado é essencial para justificar determinadas posições no presente, e o exemplo mais gritante disso, nós vivemos em um governo que tem evidentes intenções autocráticas, para usar a expressão do Florestan Fernandes, que cunhou a expressão “autocracia burguesa” para fazer um contraste com a ideia de democracia burguesa.

sidades, nas suas pesquisas, nos seus trabalhos, têm de se confrontar às vezes com poderes políticos constituídos muito mais fortes. Para isso a gente precisa atuar coletivamente, através das instituições, através das associações. A Associação Nacional de História – ANPUH tem desempenhado um papel muito importante de denúncia, de posicionamento bastante enfático contra esse tipo de apropriação indevida, acientífica, contrária a todo o acúmulo de conhecimento produzido pelos historiadores e pelas historiadoras, e a acho que a gente deve reforçar esse papel da ANPUH no nosso próprio trabalho cotidiano.

Eu entendo que a gente pode ter perdido o espaço, eu diria que de um lado pelo que você próprio sugeriu, porque muitas vezes nós avançamos muito na produção do conhecimento acadêmico, através de um saber cada vez mais especializado nas áreas de pesquisa, que acumula muito referências internacionais, teóricas, metodológicas, trocas, intercâmbios, seminários e tal, mas esse saber especializado tem pouca repercussão na divulgação mais ampla, de um público mais amplo. Então, quando isso acontece, nós nos fechamos no casulo das nossas especialidades, e temos dificuldade de dialogar nas demandas sociais, das grandes questões impostas no debate social.

E eu acho que outro campo ainda mais importante, que diz respeito ao próprio ensino de história. O espaço que a produção de conhecimento histórico tem mais importante no diálogo com a sociedade é a escola, é a educação, especialmente a educação pública, onde a maioria da população brasileira em idade escolar tem acesso a seus conhecimentos mais sistematizados sobre a história do país e do mundo. Portanto, esse é o esforço que muitos e muitas de nós fazemos cotidianamente, mas dá pra perceber que não estamos sendo tão bem sucedidos assim, a gente tem que con-

E eu acho que outro campo ainda mais importante, que diz respeito ao próprio ensino de história. O espaço que a produção de conhecimento histórico tem mais importante no diálogo com a sociedade é a escola, é a educação, especialmente a educação pública, onde a maioria da população brasileira em idade escolar tem acesso a seus conhecimentos mais sistematizados sobre a história do país e do mundo.

centrar nossa tensão, nossos esforços, no trabalho voltado para o ensino básico, para a educação de crianças e jovens do país. E nesse terreno, é claro, esses setores negacionistas do conhecimento científico, revisionistas do passado histórico do país, também atuam vigiando, censurando, reprimindo, através de movimentos de escola sem partido, que tentam constranger a liberdade de cátedra, a expressão do conhecimento científico por parte dos professores e das professoras.

Isso não fica restrito a movimentos da sociedade civil, ainda ontem a gente ouviu uma declaração, que eu diria no mínimo triste, se não revoltante, do próprio ministro da educação, que falou que por ele não se investiria recurso público na formação de sociólogos, antropólogos, filósofos, ou seja, na formação das humanas. Na prática, isso já está acontecendo quando o CNPq esse ano divulgou uma lista de linhas de pesquisa prioritária que praticamente excluem completamente as ciências sociais e humanas do financiamento à pesquisa pelo CNPq. A gente tá vivendo o corte sistemático nas instituições do Brasil, das faculdades públicas, e os principais centros de pesquisas do país, isso atinge ainda mais duramente as ciências sociais e humanas. Nós já estamos vivendo, no plano das políticas públicas, a tentativa de cessar essa produção de conhecimento crítico, e eu acho que o esforço que a gente tem que fazer, não apenas dentro da universidade, mas em articulação com profissionais da educação básica para construir com conhecimento crítico, atrelado aos valores democráticos, defesa dos direitos, da cidadania, política social, no interior das escolas, e o papel da história e da produção do conhecimento histórico aí é chave, é seminal.

Telma: Quais alternativas nós temos diante de uma conjuntura que cada vez mais amplia a desigualdade e, particularmente no mundo do trabalho, vai ficar bem pior essa distância abissal entre os que estão incluídos, os que têm acesso à tecnologia e outras benesses modernas etc., e a grande massa que não vai ter acesso a nada disso? Como o senhor percebe nossa própria atuação nesse sentido?

Marcelo: Eu vou começar pelo o próprio sentindo da pesquisa em história do trabalho. É claro que a pesquisa em história do trabalho é influenciada pela a dinâmica da classe trabalhadora. Quando eu comecei a estudar a história do trabalho nos anos 80, a ascensão das lutas organizadas, sindicais, especialmente dos trabalhadores, incentivou muitas pesquisas

na Universidade. A história do trabalho, como área acadêmica, é relativamente nova no Brasil. Os primeiros trabalhos universitários sobre a história social no Brasil são do final dos anos de 1970. Nas ciências sociais, na Sociologia em especial, isso remota aos anos de 1960. Então é uma área relativamente nova, e ela sofre esses influxos. Portanto, da mesma forma que o impulso das lutas dos trabalhadores fez subir a produção nos anos 80, na década de 1990 a gente viu um recuo do interesse na área, o que me parece aí é que quanto mais antenados com a realidade que a gente vive hoje, mais a gente consegue captar uma contribuição que a história do trabalho pode dar. Um entendimento desses problemas da sociedade atual, não só oscilando conforme as ondas dos movimentos, mas também interferindo nesse processo, construindo relatos sobre o passado, análises sobre o passado que alimentem as lutas do presente. E eu vou dar muitos exemplos pontuais.

Hoje, nós avaliamos as relações de trabalho no Brasil e no mundo e nós, tanto os pesquisadores acadêmicos quanto organizações internacionais, a OIT, Organização Internacional do Trabalho, identificamos um processo que é normalmente definido como de precarização das relações de trabalho. O desmonte de uma série de leis que garantiam direitos à classe trabalhadora, limitando as condições de exploração da força de trabalho, a deterioração das condições de vida da maioria da classe trabalhadora. A gente percebe o aumento das desigualdades na distribuição de renda. Então, diante desse quadro, a história do trabalho pode contribuir para um olhar de longa duração, para mostrar que na trajetória do capitalismo, trabalho defendido por leis, por direitos foi a exceção, foi excepcionalidade. No Brasil, isso aconteceu de forma limitada para a classe trabalhadora urbana a partir dos anos 30. E a classe trabalhadora era minoritária no conjunto da população brasileira, e ainda assim esses direitos que foram descritos por lei, desde os anos 30, ainda demandaram muita luta para entrarem em vigor nas décadas seguintes.

E quando a gente parecia que tinha ampliado a gama de direitos, a partir dos trabalhadores urbanos e rurais dos anos 60, incluindo os servidores públicos nos direitos de sindicalização com a constituição de 88, ampliando direitos, como a licença maternidade e garantias maiores para quem trabalhava em horários noturnos, aumento da indenização por demissão etc. Na constituição de 88, quando a gente achava que estava avançando

em direitos, os anos 90 mostraram pra gente que aquele ali foi o limite não só da classe trabalhadora brasileira, mas mesmo em países de desenvolvimento industriais mais avançados, no centro da economia capitalista, os países do hemisfério norte. Aquilo que foi chamado de estado de bem-estar social, quer dizer um emprego relativamente pleno, com direitos sociais universais, à educação, à saúde, direitos ligados à moradia, melhorias salariais, garantias de contratações coletivas etc. Aquilo que foi definido com estado de bem-estar social ficou restrito a alguns países, especialmente do norte do globo, durante o período do fim da Segunda Guerra até o fim dos anos 70, início dos anos 80. E mesmo nesses países, atingiu seletivamente a classe trabalhadora. Foram os homens, principalmente, que tiveram esses empregos estáveis, que a OIT chama de emprego padrão. As mulheres, em geral, tiveram relações mais precárias com o mercado de trabalho assalariado e foram os nacionais que tiveram essas garantias, pois os imigrantes sempre foram uma parcela expressiva de trabalho e sempre eram os que tinham menos direitos. Então, o que a OIT chama de emprego padrão foi uma exceção histórica das relações de trabalho nas sociedades capitalistas. Historiadores e historiadoras têm muito o que dizer sobre isso.

Hoje a gente vê que grandes mobilizações ocorrem em torno de direitos civis, de garantias de igualdade de tratamento. Está acontecendo agora no mundo todo, especialmente nos Estados Unidos, na luta contra o racismo, contra o fim da violência social contra a população negra. No caso da classificação utilizada nos Estados Unidos, “*people of color*”, que inclui as pessoas de cor e todos os que não são considerados brancos, nascidos nos Estados Unidos, considerados lá os latinos, os imigrantes asiáticos, todos esses. Vivem em uma situação de racismo institucionalizado, em organização com a polícia. Isso fica cada vez mais evidente no dia a dia. O racismo estrutura as próprias relações sociais. Atravessando a pandemia, a gente viu pelos dados dos Estados Unidos que a população negra é minoritária, mas tem uma incidência maior de casos de morte, percentualmente maior na pandemia, mesma coisa que a gente vê no Brasil, onde a população negra é majoritária, mas é possível ver a diferença entre números de internados e números de mortos, percebidos o percentual de doentes e o percentual de mortes, a gente percebe que a doença é mais letal sobre a população negra. E isso tem a ver com as condições sociais desiguais que

formam a sociedade brasileira, atravessada de desigualdades sociais de gênero e de classe.

Em situações como essas, os historiadores do trabalho têm muito a dizer sobre como se dá a formação da classe trabalhadora ou como o racismo estrutural atravessa as relações de trabalho, como ele é obstáculo em muitos momentos das lutas unificadas das classes trabalhadoras, como o empresariado, o capital joga com a discriminação racial no dia a dia das relações de trabalho, dividindo inclusive o movimento da classe trabalhadora, como é difícil superar isso. Eu estou tentando pegar alguns exemplos para tentar mostrar que a nossa intervenção no presente se dá através da organização, como eu mencionei na questão anterior, através da Associação Nacional de História intervir no debate político do passado. Ela se dá por nossa participação militante e junto a movimentos sindicais em cursos de formação em pesquisas, no interior desses sindicatos. Mas ela se dá também na nossa produção, no que a gente pesquisa, no que a gente escreve, no que a gente divulga através da sala de aula. Isso orienta um sentido de intervenção social que vai muito além da militância política direta de cada indivíduo. Isso se dá na própria conscientização histórica no cotidiano da pesquisa, dos fins acadêmicos do cotidiano da sala de aula das universidades, das escolas em geral, onde a gente trabalha.

Telma: Como é que nós podemos atualizar nossa fala, essa nossa análise, para que ela chegue aos que não estão inclusos? Porque grande parte não tem a moeda do conhecimento, não tem acesso à tecnologia e, inclusive, nós mesmos estamos sendo impulsionados a lidar a todo momento com um aparato tecnológico que não nos era tão cobrado e agora nós vamos ter que embarcar nisso daí. Pelo menos na Universidade, nós estamos realizando atividades remotas, como atividades complementares, mas parece que o quadro vai se estender e nós vamos chegar a ter que cumprir um calendário letivo em EAD, que nós não aprovamos aqui em nosso local de trabalho, por exemplo, porque é contra a nossa proposta de ensino público, a relação professor/aluno, da experiência em sala de aula e fora da sala de aula. Então, como o senhor percebe esse quadro tão agravado?

Marcelo: Olha, a situação que vocês estão vivendo aí é a mesma situação que nós estamos vivendo aqui. Também estamos pressionados por esse tipo de tentativa de, a gente pode dizer, “aligeiramento de solução da

crise pandêmica”, que abre para um modelo de educação a distância que é controlado por grandes corporações no Brasil e às vezes até por interesse políticos de fusão de informações. Hoje correu a notícia de que uma das empresas que está vendendo aplicativos supostamente educacionais, das secretarias de educação do Brasil, de vários estados, inclusive do estado de São Paulo, é a mesma empresa que produz material de propaganda política na internet pra família do presidente da República. E essa empresa, que tem pouquíssima expressão na área, na produção de material para educação, tem acesso aos dados de estudantes e professores da rede pública de vários estados do país: Amazonas, Pará, Piauí, Paraná, São Paulo. Pela reportagem que foi publicada hoje pelo Intercept Brasil. Então, a gente vive sim esse tipo de encruzilhada, não vamos deixar de ter em conta que o que a gente está chamando de trabalho por aplicativo, por exemplo, de motoristas de Uber, de entregadores, de certa maneira é uma referência para o tipo de proposta que esses modelos de educação a distância, baseados em aplicativos educacionais e tal, estão colocando hoje.

Então, nós professores e professoras não estamos tão distantes assim dessa realidade, especialmente no ensino privado. Cada mais gente já se transforma numa força de trabalho uberizada na educação privada do país. É possível enxergar isso em formas novas de contratação que vêm se impondo nos últimos dois, três anos. Mas eu vou focar um pouco mais nesses setores precarizados da classe que você mencionou, e de novo tentar defender esse ponto de vista de que a história do trabalho é relevante para as lutas desses setores hoje.

Não sei se vocês chegaram a ver, mas circulou bastante pelas redes sociais um discurso feito na semana passado por um entregador de aplicativo em São Paulo que montou um movimento chamado “Entregadores antifascistas”. Galo é o apelido dele. E o Galo faz um discurso de menos de um minuto, bom para rodar em lista de WhatsApp, ele pensou nisso, ele deu uma entrevista depois à Folha de São Paulo explicando isso, que tinha de ser curto para rodar em lista de WhatsApp. Ele termina o discurso dizendo que “empreendedor coisa nenhuma! Nós somos é força de trabalho!” Boa essa consciência de classe que um movimento como esse demonstra. E todos os limites pra ela. Ele também explica que como é um entregador motorizado, de motocicleta, ele tentou organizar outros motoboys, outros entregadores de motocicleta trabalhando para a rede de aplicativo. Não foi

tão bem sucedido porque muitos diziam para ele que eram empreendedores, “vai pra Cuba” e aquelas coisas que a gente ouve nas ruas do Brasil, infelizmente, hoje em dia. E ele foi mais bem sucedido organizando os entregadores de bicicleta.

Uma pesquisa em São Paulo mostrou que eles trabalham pedalando em média 12 horas por dia, que recebem menos de mil reais, ganham 900 e pouco reais trabalhando 12 horas por dia, e ele foi mais bem sucedido aí. Então, qual é a técnica que ele utiliza? Bom de um lado ele tem coisas que há 100, 200 anos não existiam. WhatsApp, as redes, o próprio processo que os subordina à empresa, via aplicativo, lhe permite ter contato. E a partir do contato com esses entregadores, que não estão concentrados em uma fábrica, mas estão conectados por essas redes sociais, podem se mobilizar em torno de pautas que são típicas da classe trabalhadora, a mesma de 100 anos atrás. A pauta que ele está defendendo, para iniciar essa mobilização, é do pagamento de refeições para esses trabalhadores. Por que ele chama atenção? Imaginem uma pessoa trabalhar 12 horas por dia pedalando, entregando comida com fome porque as empresas não garantem café da manhã, almoço, jantar! Dependendo de onde o sujeito está trabalhando, ganhando menos de mil reais por mês, é muito caro comer na rua. Então a pauta é essa. As técnicas de mobilização são as mais tradicionais do movimento sindical. Ainda que o meio seja novo, seja o aplicativo, a rede social.

Também vemos aqui, no Rio de Janeiro, que pelo visto está crescendo, espalhando para uma greve de entregadores dessas empresas, que trabalham terceirizados, que trabalham na internet. Agora, com a quarentena, muito mais gente passou a comprar pela internet. Então eles estão tentando articular uma greve de entregadores por aplicativo, pro dia 1 de julho. Então, mesmo esses setores mais precarizados, como já aconteceu no passado, se organizam por reivindicações mais básicas, pelo o direito de se alimentarem decentemente, pelos reajustes. Eles ganham por peça, como antigamente ganhava um entregador de fábrica, para cada peça produzida, eles ganham alguns centavos, entregas por uns centavos, por uns reais. Então, eles estão se mobilizando por reivindicações mais básicas, como se fez no passado. O mais interessante é que eles aprendem diretamente com os historiadores. Nos Estados Unidos, na Califórnia, conquistou-se, a partir de mobilizações por aplicativos, uma lei estadual que diz que trabalhadores

de aplicativos são funcionários das empresas de aplicativos e, portanto, têm direitos trabalhistas. Não é um, como eles chamam, autônomo ou prestador de serviços, é um funcionário, tem direitos trabalhistas e tem que receber e garantir uma legislação trabalhista para esses trabalhadores.

Lendo uma reportagem, eu descobri que esses organizadores de movimento, esses trabalhadores de aplicativo se inspiraram no livro de um historiador estadunidense, que recolhiam documentos e comentavam, analisavam, que organizavam-se como os trabalhadores ligados à IWW – *Industrial Workers of the World* –, que no final do século XIX e no começo do século XX participavam dos setores mais radicais do sindicalismo, não só dos Estados Unidos, como em todos os países de língua inglesa, eles tentaram construir uma ligação internacional. Era uma tentativa de uma central internacional. Então eles estavam lendo esse livro para terem noções de como fazer trabalho de bases, para motivarem trabalhadores hoje. Então os setores mais precarizados de hoje talvez se inspirem nas lutas dos precarizados de 150 anos atrás para reivindicar seus direitos, para organizarem sindicatos, para conquistarem o mínimo de condição social no seu trabalho. Eu acho que esse é um desafio colocado para nós, historiadores. Nos mobilizarmos não apenas sindicalmente, não apenas nas associações profissionais, apesar de tudo isso ser importante, mas nos conectarmos às lutas reais, completas, às classes trabalhadoras que existem e àquelas que a gente sabe que precisam existir no presente. Contribuir com uma visão do passado que inspire essas lutas, que traga lições, que ajude a mobilizar. Eu acho que isso a gente tem potencial para fazer.

Viviane: Os estudos sobre o trabalho vêm muito vinculados àquela coisa do conceito de classe, voltado para os

Eu acho que esse é um desafio colocado para nós, historiadores. Nos mobilizarmos não apenas sindicalmente, não apenas nas associações profissionais, apesar de tudo isso ser importante, mas nos conectarmos às lutas reais, completas, às classes trabalhadoras que existem e àquelas que a gente sabe que precisam existir no presente. Contribuir com uma visão do passado que inspire essas lutas, que traga lições, que ajude a mobilizar. Eu acho que isso a gente tem potencial para fazer.

trabalhadores urbanos e masculinos. Mas de um tempo pra cá, a gente viu uma entrada muito forte de temas de abordagens relacionadas à história da mulher, de gênero de conflitos, alinhando-se também ao conceito de etnia. Você pode comentar como se deu essa ampliação, juntando esses três conceitos que hoje são pilares, que é classe, gênero e etnia?

Marcelo: A pergunta é bem interessante. Eu vou começar falando o seguinte: da mesma forma que na década de 1980 o movimento sindical se impôs como um tema para os historiadores, para as historiadoras pelas lutas da classe trabalhadora naquele período, eu acredito que as lutas do movimento de mulheres, as lutas do movimento negro no Brasil impuseram aos historiadores em geral, aos historiadores do trabalho em particular, uma sensibilidade maior para a pesquisa. Olhando a classe trabalhadora de uma forma mais ampla, em que a gente não se restringisse a esse trabalhador urbano, formal, do sexo masculino, com o contrato, direitos etc. Essa não é uma mudança só da história do trabalho no Brasil, essa é uma tendência internacional das pesquisas na história do trabalho nas últimas décadas.

Eu vou dizer como eu me aproximei, digamos assim, desse tipo de perspectiva. A primeira pesquisa que eu fiz de forma mais sistemática no final da minha graduação e durante o mestrado foi sobre aquilo que, no código penal de 1890, foi definido como contravenção penal. Eu procurei entender porque na cidade do Rio de Janeiro, que era a capital da república, a polícia atuava sobre a população urbana, com o foco muito maior nessas contravenções penais do que nos crimes propriamente ditos. A maior parte dos processados eram presos por artigos por contravenção penal. O que era as contravenções penais? Algumas eram típicas do período e ficaram restritas a ele, por exemplo: a capoeira era considerada contravenção penal, então houve logo no início da década de 1890 uma perseguição aos “capoeiras”. Também estavam ali artigos como porte ilegal de armas, embriaguez em lugares públicos, mas a maior parte dos processos era pelo artigo da vadiagem, que era definida por não ter um emprego fixo e nem ter um local de moradia definido, que pudesse atestar que aquela pessoa não vivia dos expedientes da vadiagem, da vagabundagem, como era antes também chamada.

Estudar isso me levou a pensar no mercado de trabalho do Rio de Janeiro, quem estava fora do mercado de trabalho, ou quem estava irregular,

digamos assim, mais informal era alvo prioritário dessa repressão à vadiagem. Mas também me obrigou a pensar que 1890, dois anos depois da abolição, o Estado estava preocupado em controlar aquele contingente de trabalhadores e trabalhadoras escravizadas que tinham sido libertados pela lei de 88, que já vinham se libertando nas lutas abolicionistas do período anterior. Então esse cruzamento entre mercado de trabalho assalariado em formação e repressão policial com um olhar privilegiado, não apenas do trabalhador informal, mas principalmente sobre os trabalhadores negros, foi algo que eu percebi olhando essa documentação policial. A documentação policial me permitia ver que o percentual de trabalhadores negros na força de trabalho do Rio de Janeiro, no censo de 1990, era de cerca de um terço da população local, e um terço da força de trabalho. Mas a presença deles nos processos por vadiagem era quase metade dos processos. Então, havia um foco nesse setor, ou então porque eles eram mais presentes no trabalho informal, no trabalho avulso, onde eles trabalhavam um dia e outro não, ou porque a polícia, que tinha sido criada no Brasil escravista para vigiar trabalhadores escravizados urbanos, continuava com um olhar na população negra. Então ali já me apareceu como uma questão de pesquisa empírica.

Eu avancei no tempo, como eu falei na primeira questão, e fiz minha tese de doutorado no período mais recente porque eu estava vivendo no período sindical nos anos 80 e eu tinha uma inquietação que me levou a pensar nas possibilidades e nas mudanças do sindicalismo brasileiro na chamada época do novo sindicalismo, na época dos anos 70, na década de 80. Mas eu depois fui recuando de novo nas minhas pesquisas, no tempo, e eu voltei para entender a formação da classe trabalhadora no Rio de Janeiro. E a constatação que eu cheguei é que seria impossível chegar à formação da classe trabalhadora aqui, começando em 1888, começando com o fim da escravidão, porque na verdade, o trabalho assalariado já existia antes, mesmo que essas organizações, o movimento da classe trabalhadora assalariada, desprezando o fato que a experiência do trabalho era compartilhado com trabalhadores escravizados, seria contraproducente do ponto de vista da pesquisa. Então eu fui começando a entender esse compartilhamento de experiência entre trabalhadores assalariados e trabalhadores escravizados. E esse movimento não foi eu que fiz, a historiografia do trabalho estava fazendo a partir daquele momento.

Em 2001, no Encontro Nacional de História, no Simpósio Nacional de História da ANPUH, que aconteceu aqui em Niterói, a gente fundou o grupo de Mundo Trabalho, que reúne historiadores do Brasil todo, e dentro desse grupo, uma das preocupações de pesquisa que aparecia em vários lugares, em vários trabalhos, era essa quebra de 1888 e entender as relações de trabalhadores e trabalhadoras como parte de um mesmo processo da classe trabalhadora do país. Então, eu acho que essa preocupação agora, já no século XXI, já foi compartilhada. Esse movimento de pesquisa, do ponto de vista teórico, as relações entre gênero, raça e classe nas sociedades capitalistas em que a gente vive. Isso me levou ao último estudo que eu publiquei, que é um livro sobre a classe trabalhadora, de Marx aos temas atuais⁴, onde eu parto particularmente sobre a classe trabalhadora para tentar entender como ela pode ser útil hoje, para entender a dinâmica que a classe trabalhadora vive hoje em dia.

Eu acabei me vendo obrigado a discutir como é que essa classe trabalhadora, longe de seu homogêneo, é atravessada por desigualdades internas, entre homens e mulher, entre brancos e não brancos. No caso da sociedade brasileira, especialmente a população negra. E alienação do trabalho em relação ao capital, quer dizer, a perda do controle sobre o que está sendo trabalhado por parte dos trabalhadores, a perda do controle sobre a força de trabalho que é vendida para o capitalista. Como esses processos, a exploração, opressão e alienação estão completamente interligados na totalidade contraditória que é uma sociedade capitalista? É impossível entender essas relações de trabalho assalariadas, na empresa, no comércio, onde quer que seja.

Deve sempre haver o interesse de saber o que essas pessoas precisam para se reproduzir como força de trabalho, se alimentar, ter um lugar para dormir, para descansar, para lavar sua roupa, para voltar no dia seguinte e vender de novo, para o trabalhador e trabalhadora vender sua força de trabalho, mas onde ela faz isso? Em parte, ela faz isso no mercado, comprando, mercadorias e tal. Mas o alimento não chega pronto, a roupa não se lava sozinha, por mais que você tenha uma máquina de lavar. A criança, que vai ser o trabalhador do futuro, precisar ser produzida também, por homens e mulheres. E quem cuida da criança? Quem cuida

4 MATTOS, Marcelo Badaró. *A classe trabalhadora: de Marx ao nosso tempo*. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2019. v. 1. 156p.

do trabalhador idoso que não pode mais trabalhar? Numa sociedade como a que a gente vive, as regras patriarcais herdadas de sociedades anteriores foram atualizadas no capitalismo de tal forma que as mulheres, em especial, exercem essas tarefas relacionadas ao cuidado que a gente poderia chamar de trabalho reprodutivo, no sentido de reprodução da própria força de trabalho. Marx explica pra gente que o salário equivale ao custo da reprodução da força de trabalho. Mas se uma parte desse custo é a amortecida por trabalho não pago, porque o trabalho das mulheres em casa, quando elas lavam, enquanto elas cozinham, quando elas cuidam das crianças e dos idosos, é um trabalho na maior parte das vezes não renumerado. Então, isso significa que o custo da força de trabalho é reduzido. Do ponto de vista do capital, manter a opressão de gênero, manter a lógica patriarcal é interessante para reduzir os custos de reprodução dessa força de trabalho.

Quem cuida do trabalhador idoso que não pode mais trabalhar? Numa sociedade como a que a gente vive, as regras patriarcais herdadas de sociedades anteriores foram atualizadas no capitalismo de tal forma que as mulheres, em especial, exercem essas tarefas relacionadas ao cuidado que a gente poderia chamar de trabalho reprodutivo, no sentido de reprodução da própria força de trabalho.

Da mesma forma que se a gente olha pro mercado de trabalho e vê que tem tarefas que pagam menos, a gente vai observar que a concorrência entre os trabalhadores para ter emprego diante de muito desemprego, para ter os empregos que pagam melhor, para ter a qualificação para ocupar esses empregos que pagam melhor vai gerar disputas internas. Como organizar a fila dessas disputas, dessas concorrências? Uma das formas de organizar é justamente através das opressões. Mulheres ganham menos no mercado de trabalho, quando trabalham de forma assalariada, do que homens, mesmo quando elas têm a mesma qualificação. Negros e negras ganham menos que o branco no mercado de trabalho, esses dados o IBGE divulga periodicamente e podemos ver que as diferenças são gritantes no Brasil. Ou seja, as opressões também organizam, a partir de hierarquias de gênero, a partir de hierarquias sociais. E desse ponto de vista, o capitalismo não vive só da exploração da classe trabalhadora, ele vive dessa combinação

permanente entre exploração, opressão e alienação do trabalho. E cabe à gente tentar entender a totalidade desse processo.

Então falar da classe trabalhadora sem perceber as dimensões raciais e de gêneros que estão envolvidas nas relações de trabalho em uma classe capitalista é ver a classe trabalhadora de uma forma homogênea demais, ou talvez muito restrita. E eu acho que esse é um esforço que os historiadores e as historiadoras do mundo do trabalho estão cada vez mais fazendo para sobreviver e superar essa visão restritiva sobre a classe trabalhadora. Eu entendo que um bom caminho para fazer isso é usando justamente a referência de Marx. Mas Marx não viu tudo, por exemplo, Marx não discutiu a reprodução da força de trabalho a partir da desigualdade de gênero, embora ele tenha falando bastante da desigualdade de gênero. E ele foi ouvido por feministas marxistas, que nas últimas décadas avançaram no que hoje é chamado de “teoria da reprodução social”. Marx denunciou como racismo dividir a classe trabalhadora, Marx lutou pela abolição da escravatura nos Estados Unidos, escreveu muito sobre isso. Na Associação Nacional dos Trabalhadores, colocou isso em um manifesto inaugural do capital, que enquanto o trabalhador de pele negra não se livrar dos grilhões nos Estados Unidos, o trabalho de pele branca não podia avançar nas suas lutas sociais.

Mas Marx não podia observar todos os processos de continuidade da opressão racial nas sociedades pós-escravistas, afinal de contas, ele morreu antes da abolição no último país das américas a libertar, que foi o Brasil. Então a gente é que tem de olhar para toda aquela luta dos movimentos contra a opressão de gênero, contra a opressão racial, encontros e desencontros dessas lutas com a teoria social para tentar avançar, e é isso que eu estou tentando fazer nos trabalhos.

Telma: Professor, nós agradecemos novamente a partilha do seu tempo e a sua valorosa contribuição!

Marcelo: Eu agradeço, pela a oportunidade de estar conversando com vocês, e com a disposição de que a gente possa fazer junto. A gente está muito longe em quilometragem, mas está descobrindo que pode estar perto através dessas ferramentas de discursão virtual. É muito legal estar conversando aqui com vocês hoje e espero que a gente se encontre ao vivo em outros momentos, mais também por esses canais aqui.

Entrevistadores

Cosma Silva de Araújo - Graduada em História- UVA. Mestre em História e Culturas- UECE. Graduanda em Artes Visuais pela Universidade Estadual do Ceará - UAB. Servidora pública.

Fannuel Santos Mesquita - Graduado em História-Licenciatura pela Universidade Estadual Vale do Acaraú – UVA.

Joannes Paulus Silva Forte - Graduado em Ciências Sociais na modalidade Licenciatura pela Universidade Federal do Ceará (UFC) (2004), em Ciências Sociais na modalidade Bacharelado pela UFC (2004), mestre em Sociologia pela UFC (2008) e doutor em Ciências Sociais pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) (2019) com cotutela no Département Droit, Intervention Sociale, Santé, Travail (DISST) do Conservatoire National des Arts et Métiers (CNAM-Paris-França). É Professor Adjunto J da Universidade Estadual Vale do Acaraú. É docente do quadro permanente do Mestrado Profissional de Sociologia em Rede Nacional (ProfSocio), na associada UEVA.

Viviane Prado Bezerra - Professora Assistente do Curso de História da Universidade Estadual Vale do Acaraú - UVA. Doutora em História Social pela Universidade Federal Fluminense (Dinter UFF/URCA). Mestra em História Social pela Universidade Federal do Ceará - UFC. Graduada em História pela Universidade Estadual Vale do Acaraú - UVA. Está vinculada ao Grupo de Estudos e Pesquisas de História Oral do curso de História da Universidade Estadual Vale do Acaraú - UVA, atuando nos campos de pesquisa de História Social, com ênfase em Movimentos Sociais, Camponeses, História das Mulheres, História Oral e História da Educação.

Editora
**SER
TÃO
CULT**
10 anos

Este livro foi composto em fonte Swis721 Cn BT, impresso no formato 15 x 22 cm em offset 75 g/m², com 274 páginas e em e-book formato pdf.
Maio de 2024.

Série
Território
Científico

Editora
**SERTÃO:
CULT**
10 anos

Uberização, gênero, trabalhadores tradicionais, trabalhadores da terra, o sindicalismo, desigualdades, diálogo, pesquisa, capitalismo, empatia. Cada uma destas palavras-chave é fundamental para aqueles que têm interesse pelos estudos acerca do mundo do trabalho. Mais ainda: são temas fundamentais para cada um de nós, trabalhadores, inseridos em uma sociedade em constante transformação, nem sempre (ou quase nunca) para melhor.

Pensando nisso, a série Território Científico uniu neste seu 5º volume entrevistas com 11 pesquisadores que se dedicam há anos ao mundo do trabalho e aos trabalhadores. Para melhor conhecermos nossa sociedade, nada melhor do que conhecermos aquilo que a move: o trabalho. Por isso convidamos vocês, caros leitores, a refletirem conosco sobre nossa realidade, que é primeiro passo para que possamos tornar essa transformação mais justa.

ISBN 978-655421130-7



9

786554

211307

Editora **SERTÃO:
CULT**